

concessão de adiantamentos, na observância das disponibilidades orçamentais do momento.

3 — O apoio financeiro da administração central não abrange os custos resultantes de altas de praça, revisões de preços não previstas na programação financeira, trabalhos a mais, erros e omissões.

4 — Caberá ao município de Ourém assegurar a parte do investimento não financiado pelo acordo de colaboração nos termos do n.º 1 da presente cláusula.

5 — Ao município de Ourém caberá a responsabilidade da execução financeira presentemente acordada. A não utilização em cada ano económico das dotações previstas no presente acordo determina a perda do saldo anual existente.

Cláusula 5.^a

Estrutura de acompanhamento e controlo

A estrutura de acompanhamento e controlo de execução do acordo de colaboração será constituída pelos representantes da Direcção-Geral das Autarquias Locais, da CCDRLVT e da Câmara Municipal de Ourém.

Cláusula 6.^a

Dotação orçamental

As verbas que asseguram a execução dos investimentos previstos neste acordo de colaboração são inscritas anualmente nos orçamentos do município de Ourém e do Ministério das Cidades, Administração Local, Habitação e Desenvolvimento Regional, dotação da Direcção-Geral das Autarquias Locais, de acordo com a participação estabelecida na cláusula 4.^a

Cláusula 7.^a

Resolução do acordo

O incumprimento do objecto do presente acordo e da respectiva programação constitui motivo suficiente para a sua resolução, autorizando o município a retenção das transferências que lhe couberem ao abrigo da Lei das Finanças Locais até à integral restituição das verbas recebidas.

11 de Janeiro de 2005. — A Directora-Geral das Autarquias Locais, *Maria Eugénia Santos*. — Pelo Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, (*Assinatura ilegível*). — O Presidente da Câmara Municipal de Ourém, *David Pereira Catarino*.

Homologo.

O Secretário de Estado da Administração Local, *José de Almeida Cesário*.

Inspecção-Geral da Administração do Território

Despacho (extracto) n.º 4301/2005 (2.ª série). — Por despacho do inspector-geral da Administração do Território de 14 de Fevereiro de 2005:

Silvino de Jesus Perdigão, Luís Manuel de Matos Leal Gonçalves e Irene Fernandes Alves Queimado, inspectores principais do quadro de pessoal da Inspecção-Geral da Administração do Território — nomeados, precedendo concurso, inspectores superiores do mesmo quadro, escalão 1, índice 670, acrescido do suplemento de função inspectiva abandonada conforme estabelecido no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 112/2001, de 6 de Abril, nos termos do n.º 1 do artigo 41.º, do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 112/2001, de 6 de Abril, e do artigo 2.º, anexo 1, do Decreto Regulamentar n.º 5/2003, de 14 de Março.

Estas nomeações têm cabimento orçamental por parte da 7.ª Delegação da Direcção-Geral do Orçamento, declaração n.º 1/2005, de 30 de Janeiro. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

14 de Fevereiro de 2005. — O Inspector-Geral, *Raul Melo Santos*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PESCAS E FLORESTAS

Direcção-Geral de Veterinária

Despacho n.º 4302/2005 (2.ª série). — Após publicitação na bolsa de emprego público e no jornal *24 Horas*, de 16 de Dezembro de 2004, do processo de selecção do titular do cargo de direcção

intermédia do 2.º grau (chefe de divisão) para a Divisão de Mercado Interno, da Direcção de Serviços dos Controlos Veterinários da Direcção-Geral de Veterinária, deu entrada uma única candidatura para o referido lugar.

Considerando que a candidata licenciada Ana Maria Abreu Lopes possui o perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço e é dotada de competência técnica e aptidão para o exercício das funções de direcção e coordenação adequadas ao cargo referido:

Nomeio, ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 20.º e dos n.ºs 3 e 4 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, a licenciada Ana Maria Abreu Lopes para o cargo de chefe de divisão de Mercado Interno, da Direcção de Serviços dos Controlos Veterinários, desta Direcção-Geral, em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos.

Anexa-se síntese da nota curricular académica e profissional da nomeada.

17 de Janeiro de 2005. — O Director-Geral, *Carlos Agrela Pinheiro*.

ANEXO

Nota curricular

Nome — Ana Maria Abreu Lopes.

Data de nascimento — 12 de Julho de 1953.

Habilitações — licenciatura em Medicina Veterinária pela Escola Superior de Medicina Veterinária de Lisboa, em 1978.

Lugar do quadro — assessora principal, de nomeação definitiva, da carreira de médico veterinário do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Veterinária.

Actividade profissional:

Responsável pela sanidade apícola na Direcção-Geral de Pecuária — de Setembro de 1979 a Julho de 1989;

Nomeada para representante da Direcção-Geral de Pecuária como vogal à Comissão Técnica Portuguesa de Normalização de Açúcares e do Mel — 1983;

Colaboração no ensino da disciplina de Apicultura na Escola Superior de Medicina Veterinária de Lisboa, Escolas Superiores Agrárias de Beja e de Santarém — 1985 a 1989;

Representante da Direcção-Geral de Pecuária nas reuniões do grupo de trabalho da NOVAGRI — subgrupo Mel — 1989;

Representante da Direcção de Serviços de Controlos Veterinários/Direcção-Geral de Veterinária, em diversas reuniões relativas a controlos veterinários, Sistema ANIMO, Bruxelas — 1997 a 2001;

Representante da Direcção de Serviços dos Controlos Veterinários/Direcção-Geral de Veterinária, em diversas reuniões relativas a controlos veterinários, grupo de trabalho Sistema Traces, 2004, Bruxelas;

Formadora credenciada pelo Instituto Nacional de Administração, na área de controlos veterinários, trocas intracomunitárias, em cursos e acções de formação profissional dirigidos a médicos veterinários, assistente de inspecção sanitária, etc.;

Participação em cursos de actualização, seminários, congressos, simpósios e reuniões nacionais e internacionais, sob temas relacionados com os controlos veterinários de animais vivos, produtos animais e produtos de origem animal em matéria de trocas intracomunitárias;

Desde Junho de 1997, vem desempenhando a chefia da Divisão do Mercado Interno, da Direcção de Serviços dos Controlos Veterinários, da Direcção-Geral de Veterinária.

Funções relevantes para efeitos da candidatura a chefe de divisão de Mercado Interno

Enquanto exerceu funções como médica veterinária responsável pela sanidade apícola, na Direcção-Geral de Veterinária, planeou e executou medidas de controlo de animais vivos e produtos de origem animal para consumo humano e animal provenientes de trocas intracomunitárias, sendo co-autora de um projecto de decreto-lei, portaria e respectivos anexos, relativos à sanidade apícola.

Como médica veterinária da Direcção de Serviços Veterinários de Fronteiras, planeou e executou tarefas de controlo de animais vivos, produtos animais e produtos de origem animal provenientes de trocas intracomunitárias e de países terceiros.

Enquanto chefe de divisão de Mercado Interno, da Direcção-Geral de Veterinária, tem sido responsável:

Pela manutenção em funcionamento da rede informatizada de ligação entre as autoridades veterinárias dos Estados membros — Sistema ANIMO — em todas as suas componentes;

Pela garantia da uniformidade de realização dos controlos veterinários oficiais aleatórios nos animais vivos, produtos animais e produtos de origem animal oriundos de países da União Europeia;

Pelo estudo, acompanhamento, apreciação e elaboração dos módulos de certificados sanitários, de salubridade e outros documentos indispensáveis ao acompanhamento de animais vivos, produtos animais e produtos de origem animal, para efeitos de trocas intracomunitárias;

Pela coordenação do programa de registo de operadores intra-comunitário;

Pela orientação e formação nos cursos de implementação do Sistema Traces em Portugal, promovidos pela Direcção-Geral de Veterinária, nas direcções regionais de agricultura e Regiões Autónomas da Madeira e Açores.

Despacho n.º 4303/2005 (2.ª série). — Após publicitação na bolsa de emprego público e no jornal *24 Horas*, de 16 de Dezembro de 2004, do processo de selecção do titular do cargo de direcção intermédia de 2.º grau (chefe de divisão) para a Divisão de Formação, Informação e Documentação, da Direcção de Serviços de Planeamento, da Direcção-Geral de Veterinária, deram entrada duas candidaturas para o referido lugar.

Considerando que a candidata licenciada Ana Cristina Veloso de Basto Ucha Lopes possui o perfil mais adequado para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço e é dotada de competência técnica e aptidão para o exercício das funções de direcção e coordenação adequadas ao cargo referido:

Nomeio, ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 20.º e dos n.ºs 3 e 4 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, a licenciada Ana Cristina Veloso de Basto Ucha Lopes para o cargo de chefe de divisão de Formação, Informação e Documentação, da Direcção de Serviços de Planeamento, desta Direcção-Geral, em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos.

Anexa-se síntese da nota curricular académica e profissional da nomeada.

18 de Janeiro de 2005. — O Director-Geral, *Carlos Agrela Pinheiro*.

ANEXO

Nota curricular

Nome — Ana Cristina Veloso de Basto Ucha Lopes.

Data de nascimento — 30 de Maio de 1964.

Habilitações — licenciatura em Medicina Veterinária.

Lugar do quadro — técnica superior principal, de nomeação definitiva, da carreira de médico veterinário do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Veterinária (DGV).

Actividades profissionais:

A 2 de Maio de 1988 iniciou funções de médico veterinário de 2.ª classe, em regime de tarefa, nas instalações do Instituto Regulador e Orientador dos Mercados Agrícolas (IROMA), no Núcleo de Intervenção da Carne de Bovinos, elaborando direitos niveladores da carne de bovino e mapas de preços comunitários e nacionais;

A 2 de Setembro de 1990, passou para a ex-Direcção-Geral da Pecuária, Divisão de Habilitação Técnico-Profissional, em regime de contrato a termo certo, com funções na planificação anual de formação para médicos veterinários e técnicos auxiliares, nas grandes áreas de higiene pública veterinária, sanidade animal, melhoramento animal, bem-estar animal e controlos veterinários, coordenando e actuando como formadora em várias acções de formação;

Participou em grupo de trabalho do Ministério da Agricultura sobre higiene e segurança no trabalho agrícola para:

Regulamentação específica para o sector agrícola, de acordo com a alínea e) do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 441/91, de 14 de Novembro (lei quadro de segurança, higiene e saúde no trabalho);

Proposta de directiva do Conselho relativa a prescrições mínimas de segurança e saúde respeitantes a actividades e locais de trabalho agrícola e similares;

Participou em grupo de trabalho para elaboração de portaria para aprendizagem na área agro-alimentar (Portaria n.º 782/92, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 184, de 11 de Agosto de 1992);

Participou, em regime de substituição, como representante do ex-Instituto de Protecção da Produção Agro-Alimentar na UNG-PAMAF, medida n.º 6;

A partir de 21 de Agosto de 1997 passou a acumular as funções anteriores com a administração das instalações e serviços do Centro de Estágio da DGV;

Participou, em 2000, em grupo de trabalho liderado pela Direcção-Geral de Desenvolvimento Rural para a elaboração do «Manual de formador em higiene e segurança no trabalho agrícola»;

A partir de 30 de Maio de 2000 foi nomeada representante da DGV para integrar o grupo de trabalho para os centros de formação profissional agrária, com sede na Direcção-Geral de Desenvolvimento Rural;

A 18 de Julho de 2000 foi nomeada, mediante concurso, para exercer, em comissão de serviço, o cargo de chefe da Divisão de Formação, Informação e Documentação, da DGV, com as funções de organização, coordenação e gestão das acções de formação especializada nos domínios da sanidade animal, higiene pública veterinária, produção animal e polícia sanitária, elaboração de planos previsionais de formação especializada nos domínios das actividades da DGV e direcções regionais de agricultura, preparação de candidaturas, gestão e execução de programas de formação participados por fundos comunitários, recolha, tratamento e difusão de documentação pertinente nos domínios inerentes à missão da DGV, em acumulação com as anteriores funções de gestora do CEVN;

A 12 de Março de 2003 participou como representante da DGV em reunião sobre formação profissional na Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e Pescas;

A 21 de Julho de 2003 participou como representante da DGV no encontro de reflexão acerca de FP na óptica dos organismos do MADRP, no Centro de Formação Profissional de Agricultores da Gafanha, organizado pelo IDRHA;

Em 28 de Outubro de 2004 foi nomeada, em regime de substituição, chefe de divisão de Formação, Informação e Documentação, na DGV, mantendo as funções até à presente data.

Despacho n.º 4304/2005 (2.ª série). — Após publicitação na bolsa de emprego público e no jornal *24 Horas*, de 6 de Janeiro de 2005, do processo de selecção do titular do cargo de direcção intermédia de 1.º grau (director de serviços) para a Direcção de Serviços de Gestão e Administração, da Direcção-Geral de Veterinária, deu entrada uma única candidatura para o referido lugar.

Considerando que a candidata licenciada Aida Sebastião Palminha possui o perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço e é dotada de competência técnica e aptidão para o exercício das funções de direcção, coordenação e controlo adequadas ao cargo referido:

Nomeio, ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 20.º e dos n.ºs 3 e 4 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, a licenciada Aida Sebastião Palminha para o cargo de directora de serviços de Gestão e Administração, desta Direcção-Geral, em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos.

Anexa-se síntese da nota curricular académica e profissional da nomeada.

7 de Fevereiro de 2005. — O Director-Geral, *Carlos Agrela Pinheiro*.

ANEXO

Nota curricular

Nome — Aida Sebastião Palminha.

Data de nascimento — 21 de Abril de 1950.

Habilitações académicas — licenciatura em Organização e Gestão de Empresas, pelo Instituto de Ciências do Trabalho e da Empresa.

Habilitações profissionais — frequência de diversos seminários, conferências e cursos de formação profissional, nomeadamente na área de gestão financeira, de gestão de recursos humanos e de aprovisionamentos e património.

Lugar do quadro — assessor principal, de nomeação definitiva, da carreira de técnico superior do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Veterinária.

Experiência profissional:

De 1980 a 1993 foi técnica superior do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, onde exerceu funções ligadas ao planeamento e programação das actividades do organismo no Gabinete de Programação e Controlo, e na Direcção de Serviços de Administração coordenou, por despacho do director, as áreas de contabilidade e património;

De 1993 a 1997 exerceu as funções de chefe de divisão no Instituto de Protecção da Produção Agro-Alimentar, tendo também ascendido, por concurso, à categoria de assessor da carreira técnica superior;

De 1997 a 2005 exerceu as funções de directora de serviços de Gestão e Administração da Direcção-Geral de Veterinária, tendo também ascendido, por concurso, à categoria de assessor principal.

Despacho n.º 4305/2005 (2.ª série). — Após publicitação na bolsa de emprego público e no jornal *24 Horas*, de 6 de Janeiro de 2005, do processo de selecção do titular do cargo de direcção